



**SEFAZ/RS**  
**Revisão de Ética**

**Professor Ricardo Gomes**

[www.pontodosconcursos.com.br](http://www.pontodosconcursos.com.br)

## SEFAZ/RS – Revisão ÉTICA

**Prezados alunos,**

**Segue nossa Revisão de ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para o concurso SEFAZ/RS!**

### **EDITAL**

#### **Assuntos do Edital de 2018**

1 Ética e moral.

2 Ética, princípios e valores.

3 Ética e democracia: exercício da cidadania.

4 Ética e função pública.

5 Ética no setor público

#### 5.1 Legislação:

- Decreto Estadual nº 45.746/2008, e suas alterações (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual);
- Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei Federal nº 13.888/2011 (Institui Sistema de Gestão de Ética, Controle Público e Transparência do Poder Executivo Estadual e dá outras providências);
- Lei Estadual nº 13.596/2010, e suas alterações.
- Lei Federal nº 12.288/2010 (Estatuto Nacional da Igualdade Racial)
- Lei Estadual nº 13.694/2011 (Estatuto Estadual da Igualdade Racial)
- Lei nº 11.340/06 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher

**REVISÃO EM EXERCÍCIOS**

**QUESTÃO 01 - ANO: 2018 - BANCA: FCC - ÓRGÃO: PREFEITURA DE MACAPÁ/AP - PROVA: FCC - 2018 - PREFEITURA DE MACAPÁ/AP - EDUCADOR SOCIAL**

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, dentre outros, prioritariamente, por meio de

- I. eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.
- II. modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica.
- III. inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social e adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.

D) I, apenas.

E) I, II e III.

**COMENTÁRIOS:**

*Item I – certo*

*Art. 4º - A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:*

*V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;*

*Item II – Certo*

*Art. 4º, III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;*

*Item III – Certo*

*Art. 4º (...)*

*I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;*

*II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;*

**GABARITO: Letra E**

**QUESTÃO 02 - ANO: 2018 BANCA: CESPE ÓRGÃO: MPU PROVA: CESPE - 2018 - MPU - TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO – ADAPTADA**

Com base na Lei n.º 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), julgue os itens a seguir.

I. O indivíduo que cometer ato discriminatório contra praticante de

**PIRATARIA É CRIME!**

**OS PRODUTOS DO PONTO SÃO VENDIDOS  
- EXCLUSIVAMENTE - EM NOSSO SITE OFICIAL**

**Não autorizamos quaisquer outras empresas ou pessoas a comercializarem nossos cursos.**  
Os produtos comercializados em nosso próprio site oferecem assistência dos nossos professores no fórum, bônus de aulas ao vivo, entre outros. **Não arrisque sua preparação!**

religião de matriz africana em razão do culto à religião poderá responder a ação penal, cuja abertura poderá ser feita mediante comunicação do fato ao Ministério Público.

- II. Embora a liberdade religiosa garantida pelo Estatuto da Igualdade Racial alcance as tradições culturais das religiões de matriz africana, tal direito não se estende a pessoas que cumprem pena privativa de liberdade, uma vez que, nessa situação, há restrição de direitos, sem se caracterizar prática discriminatória.
- III. A reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos é um direito que pode ser contestado, uma vez que o Estatuto da Igualdade Racial e a legislação que dispõe sobre as cotas raciais não foram ainda recepcionados pelo ordenamento nacional em controle de constitucionalidade, o que gera insegurança jurídica sobre o tema.
- IV. O Estatuto da Igualdade Racial compreende um conjunto de direitos da população negra e propõe mecanismos de construção de políticas para a promoção da igualdade racial, entre eles a obrigatoriedade de se instituírem ouvidorias permanentes para aprimorar o desenvolvimento dos direitos e das políticas elencados no texto legal.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV

**COMENTÁRIOS:**

*Item I – Certo*

*Art. 24 - O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:*

**VIII - a comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.**

*Item II – Errado*

Art. 25 - É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, **inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.**

*Item III – Errado*

Sobre este assunto, existe a Lei nº 12.990/14, que é considerada constitucional e está em plena vigência. O tema cotas para candidatos negros já foi avaliado pelo STF (ADPF 186) e foi considerado totalmente constitucional!

*Item IV – Certo*

A Lei 12.288/10 trata no capítulo IV das ouvidorias permanentes. Sobre este tema, o art. 51 a 55 englobam o enunciado e deixam a questão correta!

Art. 51 - O poder público federal instituirá, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, **Ouvidorias Permanentes** em Defesa da Igualdade Racial, para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.

**GABARITO: Letra D**

**QUESTÃO 03 - ANO: 2018 - BANCA: FCC - ÓRGÃO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - PROVA: FCC - 2018 - CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CONSULTOR LEGISLATIVO - DIREITOS HUMANOS, MINORIAS, CIDADANIA E SOCIEDADE**

Com base no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/20), a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, dentre outras ações, por meio de

- A) apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra.
- B) desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.
- C) eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.
- D) celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões.
- E) produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana.

### **COMENTÁRIOS:**

*O enunciado fala do art. 4º do Estatuto, que traz em seus incisos, situações de promoção. Vejamos:*

*Art. 4º - A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:*

*I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;*

*II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;*

*III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;*

*IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;*

***V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;***



VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Podemos verificar que o Inciso V é o mesmo que a alternativa C da questão, sendo este o gabarito.

As outras alternativas estão inseridas no Estatuto, mas não correspondem a participação da população negra na sociedade como deseja a questão. Vejamos cada item...

Item A

Art. 9º - A população negra tem **direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer** adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Art. 10 - **Para o cumprimento do disposto no art. 9º**, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

**II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;**

Item B – Errado

Art. 7º - O **conjunto de ações de saúde** voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as **diretrizes abaixo especificadas:**

**III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.**



*Item D – Errado*

Art. 24 - O **direito à liberdade** de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

*Item E – Errado*

Art. 24 - O **direito à liberdade de consciência** e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;

**GABARITO: Letra C**

**QUESTÃO 04 - ANO: 2018 BANCA: FCC ÓRGÃO: PREFEITURA DE MACAPÁ - AP PROVAS: FCC - 2018 - PREFEITURA DE MACAPÁ - AP - PEDAGOGO**

Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), a população negra tem direito à participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

São providências para o cumprimento deste disposto:

- I. Promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer.
- II. Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade.
- III. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

Está correto o que se afirma em

- A) I e III, apenas.
- B) III, apenas.

C) I e II, apenas.

D) I, II e III.

E) II, apenas.

**COMENTÁRIOS:**

*A questão fala do art. 9º e 10. Vejamos*

*Art. 9º - A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.*

*Art. 10 - Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:*

*I - promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;*

*II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;*

*III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;*

*IV - implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.*

*Item I – Certo → Art. 10, I*

*Item II – Certo → Art. 10, III*

*Item III – Certo → Art. 10, IV*

**GABARITO: Letra D**

**QUESTÃO 05 - ANO: 2018 BANCA: VUNESP ÓRGÃO: PC-SP PROVA: VUNESP - 2018 - PC-SP - DELEGADO DE POLÍCIA**

Nos termos da Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), considera-se **discriminação racial ou étnico-racial** toda

A) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que

acentua a diferenciação de acesso a serviços e oportunidades distanciando as mulheres negras e os demais segmentos sociais, visando a segregação e a diferenciação de acesso a bens e serviços públicos e privados.

- B) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a bens, nas esferas privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne ao acesso a serviços públicos.
- C) distinção, exclusão ou assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- D) distinção, exclusão ou situação injustificada de diferenciação de acesso a serviços e oportunidades, nas esferas pública, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições e de direitos, no que concerne à aquisição de bens.
- E) distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

**Comentários:**

*Puramente Letra de Lei.. Vejamos o art. 1º da mencionada lei.*

*Art. 1º - Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.*

*Parágrafo único - Para efeito deste Estatuto, considera-se:*

I - **discriminação racial ou étnico-racial**: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em **raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica** que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

Sendo assim, **o gabarito é a letra E**, mas vamos observar o erro de cada afirmativa:

Afirmativa A → "assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua"

A expressão mistura-se com o inciso III, que trata de DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA.

Afirmativa B → "situação injustificada de diferenciação de acesso"

A expressão mistura-se com o inciso II, que trata de DESIGUALDADE RACIAL

Afirmativa C → "assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais."

A expressão mistura-se com o inciso III, que trata de DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA.

Afirmativa D → "situação injustificada de diferenciação de acesso a serviços e oportunidades, nas esferas pública, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica"

Tal como a afirmativa B, a expressão mistura-se com o inciso II, que trata de DESIGUALDADE RACIAL.

**Gabarito: Letra E**

**QUESTÃO 06 - ANO: 2018 - BANCA: FAURGS - ÓRGÃO: BANRISUL - PROVAS: FAURGS - 2018 - BANRISUL - ADMINISTRAÇÃO DE BANCOS DE DADOS**

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) instituiu, como forma de organização e articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país:

- A) a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- B) o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- C) os Juizados Especiais Criminais.
- D) o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- E) o Ministério dos Direitos Humanos.

**Comentários:**

Art. 47 - É instituído o **Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir)** como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal.

**Gabarito: Letra B**

**QUESTÃO 07 - ANO: 2018 - BANCA: FCC - ÓRGÃO: DPE/RS - PROVA: FCC - 2018 - DPE-RS - DEFENSOR PÚBLICO**

No Brasil, a partir do século XXI, percebe-se um incremento de ações e políticas públicas que estimulam a redução da desigualdade racial. Sobre o tema da discriminação racial é INCORRETO afirmar que:

- A) a presença de pessoas negras em cargos públicos exerce um papel simbólico na sociedade.
- B) a diversidade étnico-racial é importante para a formação dos estudantes universitários.
- C) a redução da desigualdade racial exige a superação de uma perspectiva meramente formal do princípio da isonomia.
- D) é assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas nos estabelecimentos prisionais.
- E) o estudo da história geral da África é facultativo nos estabelecimentos

privados de ensino médio.

**Comentários:**

*Item E - Errado*

*Lei 12.288/10, Art. 11 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, **é obrigatório** o estudo **da história geral da África e da história da população negra no Brasil**, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*

**Gabarito: Letra E**

**QUESTÃO 08 - ANO: 2017 - BANCA: CONSULPLAN - ÓRGÃO: TRF - 2ª REGIÃO - PROVA: CONSULPLAN - 2017 - TRF - 2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA E TRANSPORTE**

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), é INCORRETO afirmar que:

- A) O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- B) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias a contar da sua ciência.
- C) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de dez dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
- D) Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

**Comentários:**

Letra A – certo

Art. 7º - O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

Letra B – Certo

Art. 15 - No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

LETRA C – ERRADO

Art. 16 - Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá **RECORRER** à **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, que deliberará no prazo de **5 DIAS** se: (...)

Letra D – Certo

Art. 6º - Cabe aos ÓRGÃOS e ENTIDADES DO PODER PÚBLICO, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

**Gabarito: Letra C**

**QUESTÃO 09 - ANO: 2017 BANCA: CONSULPLAN ÓRGÃO: TRF - 2ª REGIÃO PROVA: CONSULPLAN - 2017 - TRF - 2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA E TRANSPORTE**

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, EXCETO:

- A) Agir com culpa ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação.
- B) Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- C) Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei,



retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

- D) Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública.

**Comentários:**

Letra A – Errado

Art. 32 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

III - agir com **dolo** ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

Letra B – Certo

Art. 32, V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

Letra C – Certo

Art. 32, I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

Letra D – Certo

Art. 32, II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

**Gabarito: Letra A**

**QUESTÃO 10 - ANO: 2018 BANCA: FCC ÓRGÃO: MPE-PB PROVA: FCC - 2018 - MPE-PB - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

Conforme entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- A) Para a configuração da violência doméstica e familiar, prevista na Lei

Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), não se exige a coabitação entre autor e vítima.

- B) A suspensão condicional do processo, prevista na Lei nº 9.099/1995, é aplicável na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).
- C) É possível a aplicação de prestação de serviços a entidades públicas, bem como a limitação temporária de direitos ao autor de crime, com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico, contra a mulher.
- D) Permanece pública condicionada à representação a ação penal para o crime de lesão corporal leve, praticado contra a mulher no ambiente doméstico.
- E) A transação penal, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, é aplicável na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

### **COMENTÁRIOS:**

Letra a - Certo

**Súmula 600 – STJ:** Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, não se exige a coabitação entre autor e vítima.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão **baseada no gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

**I - no âmbito da unidade doméstica**, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, **inclusive as esporadicamente agregadas;**

**II - no âmbito da família**, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

**III - em qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, **independentemente de coabitação.**

Letra b - Errado

Art. 41 - Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Súmula 536-STJ: A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

Nada se diz acerca da suspensão condicional da pena, sendo esta perfeitamente cabível nas hipóteses de crimes cometidos com violência doméstica ou familiar. Vale ressaltar que o sursis da pena se aplica aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça, e que a sua maior aplicabilidade prática recai sobre os crimes de ameaça e lesão leve cometidos no contexto de violência doméstica, já que não admitem a substituição por penas restritivas de direitos. Importante acrescentar que o crime de ameaça continua sendo de ACP condicionada, que pode ser retratada até o RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (no CPP é até o oferecimento), depois de ouvido o MP, em audiência especialmente designada. No que tange ao crime de estupro ou estupro de vulnerável, alteração do CP em setembro de 2018, transformou a ação para PÚBLICA INCONDICIONADA.

Letra c - Errado

Não cabe substituição por restritivas de direitos no caso da lesão praticada com violência doméstica.

Letra d - Errado

Súmula 542-STJ: A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é **pública incondicionada**.

É incondicionada mesmo na lesão culposa e vias de fato (até mesmo por ser contravenção, que é incondicionada).

Letra e - Errado

Súmula 536-STJ: A suspensão condicional do processo e a transação penal **não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha**.

**Gabarito: Letra A**

**QUESTÃO 11 - ANO: 2016 - BANCA: CESPE - ÓRGÃO: PC/GO - PROVA: CESPE - 2016 – PC/GO - AGENTE DE POLÍCIA SUBSTITUTO**

De acordo com as disposições da Lei n.º 11.340/2006 — Lei Maria da Penha —, assinale a opção correta.

A) No caso de mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando for necessário o afastamento do local de trabalho para preservar a sua integridade física e psicológica, o juiz assegurará a manutenção do vínculo trabalhista por prazo indeterminado.

Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz determinará a proibição temporária da celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo se houver procurações previamente conferidas pela ofendida ao agressor.

B) A referida lei trata de violência doméstica e familiar em que, necessariamente, a vítima é mulher, e o sujeito ativo, homem.

C) Na hipótese de o patrão praticar violência contra sua empregada doméstica, a relação empregatícia impedirá a aplicação da lei em questão.

D) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher incluem violência física, psicológica, sexual e patrimonial, que podem envolver condutas por parte do sujeito ativo tipificadas como crime ou não.

**COMENTÁRIOS:**

*A – Errado*

*Art. 9º - A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.*

*II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até **seis meses**.*

Art. 24, II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa **autorização judicial**;

B – Errado

A expressão "sujeito ativo, homem" torna errada a alternativa.

Devemos lembrar das relações homoafetivas também, vez que uma companheira pode agredir a outra.

C – Errado

Entende-se como violência de gênero na unidade doméstica (dispensa vínculo familiar), portanto aplica-se entre patrão e empregada.

D – Certo. Pode ser **crime, contravenção ou fato atípico**. Ex: adultério.

**GABARITO: A**

**QUESTÃO 12 - ANO: 2018 - BANCA: FCC - ÓRGÃO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - PROVA: FCC - 2018 - CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CONSULTOR LEGISLATIVO - DIREITOS HUMANOS, MINORIAS, CIDADANIA E SOCIEDADE**

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), considerado seu texto original mais alterações posteriores,

- A) prevê mecanismo de proteção às mulheres vítimas de violência no âmbito familiar, doméstico, social e profissional, desde que resultante de questões de gênero.
- B) atribui à autoridade policial a possibilidade de aplicar medidas protetivas de urgência em defesa da mulher vítima de violência.
- C) impõe aos Municípios o dever de instalar e manter casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar.

- D) obriga, nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, e sugere, nas demais comarcas, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal.
- E) dispõe que a inquirição de mulher vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar será preferencialmente feita em recinto especialmente projetado para esse fim.

**Comentários:**

A – Errado

Art. 2º da lei 11.340/06 - Toda mulher, **independentemente** de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Outra justificativa: Não há previsão na lei dos âmbitos: social e profissional, somente unidade doméstica, familiar e relação íntima de afeto (art. 5º, I,II e III da Lei Maria da Penha)

B - Errado

Art. 19 - As medidas protetivas de urgência poderão ser **concedidas pelo juiz**, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

Art. 22 - Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, **o juiz poderá aplicar**, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

C – Errada

Art. 35 - A **União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover**, no limite das respectivas competências:

II - **casas-abrigos** para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

D – Errada

Art. 14 - Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, **poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados**, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

E – Certo

Art. 10-A

§2º - Na **inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar** ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, **preferencialmente**, o seguinte procedimento:

I - a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterà os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida;

**Gabarito: Letra E**

### **QUESTÃO 13 - ANO: 2018 BANCA: FCC ÓRGÃO: MPE - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

Com base no Decreto Estadual nº 45.746/08, julgue os itens a seguir:

- I. A Comissão de Ética Pública contará com uma Secretaria-Executiva, que funcionará junto à Chefia de Ética, Controle Público e Transparência da Secretaria da Casa Civil, à qual incumbe assistir ao Presidente e aos demais membros da Comissão, no exercício das atribuições estabelecidas pelo Decreto.
- II. A Comissão de Ética Pública compete: relacionar-se com os órgãos de controle e de corregedoria, assim como com a Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência.
- III. Reputa-se agente público, para efeitos do Decreto nº 45.746/08, todo aquele que exerce, desde que com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de



investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em qualquer Órgão da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

- IV. O processo de apuração de prática que infrinja o Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Legislativo, será instaurado por ato do Presidente da Comissão. É reconhecido ao investigado o direito de fazer juntar à defesa escrita, os documentos que corroborem suas alegações, bem como o de se manifestar no prazo de dez dias, sobre novos documentos que venham a ser juntados posteriormente à apresentação da defesa escrita.
- V. Os procedimentos instaurados pela Comissão de Ética Pública poderão ser considerados como sigilosos, em especial quando contenham dados e informações protegidas sob sigilo legal.

A análise correta dos Itens acima está representada na alternativa:

- a) E C E E C  
b) C E E E E  
c) C E C E C  
d) E E C C C  
e) C C C E C

### **COMENTÁRIOS:**

*Item I - Errado*

A Comissão contará com **uma Secretaria-Executiva**, que funcionará junto à **Subchefia** de Ética, Controle Público e Transparência da Secretaria da Casa Civil, à qual incumbe assistir ao Presidente e aos demais membros da Comissão, no exercício das atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 45.746/08.

*Item II – Certo*

À Comissão de Ética Pública compete:

**IV – relacionar-se com os órgãos de controle e de corregedoria, assim como com a Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência,**

sugerindo providências em relação a fatos que por intermédio de denúncias, notícias ou por qualquer outro modo chegue ao seu conhecimento.

Item III – Errado

Reputa-se AGENTE PÚBLICO, para efeitos do Decreto n. 45.746/08, todo aquele que exerce, **ainda que transitoriamente e sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em qualquer Órgão da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

Item IV – Errado

O **processo de apuração** de prática que infrinja o Código de Conduta da Alta Administração Estadual ou o Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do **Poder Executivo Estadual**, será **instaurado por ato do Presidente da Comissão**, de ofício ou a requerimento de qualquer dos seus membros, devendo o agente público **investigado ser notificado** para apresentar **manifestação escrita** no prazo de **15 DIAS**, observado seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

- ✓ É reconhecido ao investigado o direito de fazer juntar à defesa escrita, os documentos que corroborem suas alegações, bem como o de se **manifestar** no prazo de **10 DIAS**, sobre novos **documentos** que venham a ser **juntados posteriormente** à apresentação da defesa escrita.

Item V – Certo

Os **procedimentos instaurados** pela Comissão de Ética Pública **poderão** ser considerados como **sigilosos**, em especial quando contenham dados e informações protegidas sob sigilo legal.

**GABARITO: A**

**QUESTÃO 14 – 2018 – FADESP – BANPARÁ – TÉCNICO BANCÁRIO**

Assim como a empresa, seus colaboradores devem nutrir valores essenciais à boa convivência e produtividade. Uma definição adequada de valor diz respeito ao (à)

- a) significado de felicidade, esforço, competição, disputa e valentia, na medida em que valores humanos equivalem a interesses materiais que afetam a conduta das pessoas.
- b) disciplina, que reflete automaticamente o desejo de crescimento financeiro e material, tendo em vista a melhoria dos padrões da vida familiar.
- c) crise de consciência, necessária e saudável, para que o ser humano enfrente seus obstáculos e supere sua humanidade.
- d) sentido de força, coragem, eficiência, eficácia, poder e capacidade de luta e vitória sobre seus adversários e concorrentes.
- e) conjunto de características de uma determinada pessoa, que determina a forma como ela se comporta e interage com outros indivíduos e com o meio ambiente.

**Comentário:**

*Valores são pessoais, subjetivos e, acima de tudo, contestáveis. O que vale para você não vale necessariamente para os demais!*

*Valores são normas ou padrões sociais geralmente aceitos ou mantidos por determinado indivíduo, classe ou sociedade, portanto, em geral, dependem basicamente da cultura relacionada com o ambiente onde estamos inseridos.*

*Valores são o conjunto de características de uma determinada pessoa ou organização, que determinam a forma como a pessoa ou organização se comportam e interagem com outros indivíduos e com o meio ambiente.*

**Gabarito: Letra E**

**QUESTÃO 15 – 2018 – IADES– CFM - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Assinale a alternativa que define corretamente o termo ética.

- a) Trata-se de regras referentes aos valores morais de um indivíduo, um grupo ou uma sociedade.
- b) Trata-se de leis estabelecidas formalmente para disciplinar a vida em sociedade.
- c) É toda regra necessária ou obrigatória.
- d) É estar de acordo com os bons costumes.
- e) É um conjunto de preceitos que objetivam dirigir a vida de um homem.

**Comentário:**

*Ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.*

**Gabarito: Letra A**

**QUESTÃO 16 – ÉTICA NA ADMISNITRAÇÃO PÚBLICA – SEFAZ/RS – PONTO DOS CONCURSOS – RICARDO GOMES – 2018**

Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, assinale a alternativa incorreta.

- A. O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente.
- B. É dever fundamental do agente de controle urbano, na forma do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem pessoal.
- C. É dever fundamental do agente de controle urbano, na forma do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas,

abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.

- D. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público.
- E. A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina.

## COMENTÁRIOS

### Item A – Certo

*XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.*

### Item B – Errado

*(XIV, o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização **do bem comum**;*

### Item C – Certo

*(XIV, t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;*

### Item D – Certo

*VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.*

### Item E – Certo

*IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da*

*mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.*

**GABARITO: Letra B**

**QUESTÃO 17 – ÉTICA NA ADMISNITRAÇÃO PÚBLICA – SEFAZ/RS – PONTO DOS CONCURSOS – RICARDO GOMES – 2018**

Julgue os itens a seguir com base no Decreto Estadual nº 45.746/2008.

- I. O Decreto Estadual nº 45.746/2008 institui, no Âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, o Código de Conduta da Alta Administração, o Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Estadual, cria a Comissão de Ética Pública e dá outras providências. Com base nessa norma: O exercício das funções junto à Comissão de Ética Pública é considerado prestação de serviço público relevante, podendo ensejar o pagamento de remuneração.
- II. A Comissão de Ética Pública será integrada por cinco cidadãos de reconhecida idoneidade moral, reputação ilibada e experiência na Administração Pública, designados pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- III. Consideram-se agentes públicos da alta administração, para efeito deste Decreto, os Secretários de Estado e seus respectivos Secretários Adjuntos, e os dirigentes dos órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II, III e IV

**Comentário:**

Item I – Errado

Fica criada, na SECRETARIA da CASA CIVIL, a **COMISSÃO de ÉTICA PÚBLICA**, com a finalidade de **assegurar a observância** dos preceitos estabelecidos pelo **Código de Conduta** da Alta Administração Estadual E DO **Código de Ética** dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Estadual.

O exercício das funções junto à Comissão de Ética Pública **não enseja qualquer remuneração**, sendo considerado prestação de serviço público relevante.

Item II – Certo

A **Comissão de Ética Pública** será integrada por **5 cidadãos** de reconhecida idoneidade moral, reputação ilibada E experiência na Administração Pública, **designados pelo Governador** do Estado para **mandato de 2 ANOS**, **permitida 1 RECONDUÇÃO**.

✓ O Presidente da Comissão será eleito dentre seus membros, passando a ter voto de qualidade em caso de empate nas deliberações;

Item III - Certo

Consideram-se AGENTES PÚBLICOS da ALTA ADMINISTRAÇÃO, para efeito do Decreto nº 45.746/08, os Secretários de Estado e seus respectivos Secretários Adjuntos, e os dirigentes dos órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

**Gabarito: Letra D**

**QUESTÃO 18 – ÉTICA NA ADMISNITRAÇÃO PÚBLICA – SEFAZ/RS – PONTO DOS CONCURSOS – RICARDO GOMES – 2018**

Julgue os itens a seguir com base no Decreto Estadual nº 45.746/2008.

I. Concluído o processo de apuração de prática que infrinja o Código de Conduta da Alta Administração Estadual ou o Código de Ética dos



Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Estadual, proferirá a Comissão de Ética Pública decisão conclusiva e fundamentada, aprovada por deliberação da maioria dos seus membros.

- II. A violação das normas estipuladas no Código de Conduta da Alta Administração Estadual (Decreto Estadual nº 45.476/2008, anexo I) submete o agente público às seguintes sanções éticas: **advertência, censura ética e demissão.**
- III. A Comissão de Ética Pública contará com uma Secretaria-Executiva, que funcionará junto à Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência da Secretaria da Casa Civil, à qual incumbe assistir ao Presidente e aos demais membros da Comissão, no exercício das atribuições estabelecidas pelo Decreto.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV

### **Comentário:**

Item I – certo

Concluído o processo de apuração, **proferirá a Comissão de Ética Pública decisão conclusiva e fundamentada, aprovada por deliberação da maioria dos seus membros.**

Item II – Errado

*Demissão não é sanção ética prevista no Código de Conduta.*

A **violação das normas** estipuladas neste Código de Conduta, submete o agente público às seguintes **sanções éticas:**

**I - advertência**, aplicável aos agentes públicos no exercício do cargo;

**II - censura ética**, aplicável aos agentes públicos que já tenham deixado o cargo.

A par das sanções previstas acima, poderá a comissão de ética pública adotar outras providências que estejam no seu âmbito de competência.

Item III – Certo

A Comissão contará com **uma Secretária-Executiva**, que funcionará junto à Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência da Secretaria da Casa Civil, à qual incumbe assistir ao Presidente e aos demais membros da Comissão, no exercício das atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 45.746/08.

**Gabarito: Letra B**